



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

08/03/2019

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1
1.2. ESMAM.....	2 - 4
1.3. INSTITUCIONAL.....	5
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. CEMULHER.....	6
2.2. INSTITUCIONAL.....	7
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. INSTITUCIONAL.....	8
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. COMARCAS.....	9 - 10
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. COMARCAS.....	11 - 12
5.2. INSTITUCIONAL.....	13
5.3. PRESIDÊNCIA.....	14

TRIVIAL VARIADO

“Rei Zulu: A Majestade Bárbara”, livro de autoria do procurador Bruno Tomé Fonseca, é um dos mais procurados na Livraria e Espaço Amei, no São Luís Shopping. Em recente artigo, o desembargador Lourival Serejo tornou a elogiar o escritor e membro da Academia Ludovicense de Letras.

Programação vasta marca Dia da Mulher na capital

A data é marcada por reflexões a respeito das conquistas e lutas; no roteiro, estão atividades em shopping, na Escola Superior da Magistratura e na DPE/MA

O Dia Internacional da Mulher será marcado por celebrações e reflexões. Em alusão à data, diversas empresas, instituições e entidades vão realizar eventos, incluindo workshops, palestras e muita arte, objetivando fomentar a ideia de igualdade de gêneros.

O São Luís Shopping realiza hoje (8), amanhã e domingo atividades em comemoração à data. Na praça de eventos, o shopping disponibilizará vários serviços gratuitos de beleza, como corte de cabelo, maquiagem, esmaltação, finalização de cabelos cacheados, penteados, revitalização das mãos, higienização da pele e aplicação de máscaras faciais.

Além disso, haverá workshops referente a assuntos de beleza, como pele com efeito glow e efeitos de iluminação, como fazer penteados em casa, restauração capilar, técnicas de finalização, entre outras.

Outra iniciativa do shopping é a apresentação de bandas com cantoras, para dar um charme todo especial ao dia. Entre as artistas confirmadas, estão Gabriella Marques e Musique, Adriana Bosaipo, Sara Meireles, Ana Neri e Tássia Campos.

Esmam

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) promove hoje (8), um happy hour interativo com o título “Diálogo entre a Psicanálise e o Direito”. A psicanalista e escritora



Divulgação

Dia Internacional da Mulher será celebrado com diversas ações em SL

carioca Elisabeth Bittencourt é a convidada do evento. A programação, aberta ao público, terá início às 17h, no salão de eventos da Associação dos Magistrados (Amma).

Na palestra, a analista membro da Escola Lacaniana de Psicanálise do Rio de Janeiro e do Núcleo de Direito e Psicanálise do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) reflete sobre a lei, o direito e a justiça, apontando possíveis conexões dessas áreas com as explicações trazidas pela escola psicanalítica. O debate será mediado pelo professor, mestre em Direito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Agostinho Ramalho Marques Neto.

Elisabeth Bittencourt realizará a exposição com fragmentos do seu livro, “Rumores Internos”, composto

a partir das impressões da autora a respeito das conexões entre mal-estar, psicanálise e direito, presentes nas obras de Hanna Arendt, Berna Reale, Burguess, Althusse, Shakespeare e Coetzee.

“São escritos que se materializam servindo de borda para algumas temáticas que tem como mote o mal-estar, o direito e a psicanálise. O mal-estar do amor e suas possibilidades inauguram essa sequência, seguido do mais além do mal-estar, que decanta o mal-estar advindo de uma indignação com a política e com a civilização”, adianta a escritora.

No mesmo espaço, o artista plástico maranhense Cláudio Costa traduz sua experiência com a psicanálise na exposição “Nódoa”, que tem o tingimento como técnica predominante. “Nos labirintos de tecidos

tingidos com pigmentos naturais colhidos em várias regiões do Maranhão, retratam-se os labirintos e marcas da trajetória de um indivíduo”, contou o artista para O Estado.

Defensoria

Com o tema “Nem calada, nem morta: um grito contra a violência”, a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA) realiza hoje (8) e no sábado (9) diversas atividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher. Os eventos ocorrem hoje, no prédio da DPE, na Rua da Estrela, Praia Grande; e no dia 9, no Hospital da Mulher, localizado na Av. dos Portugueses, Anjo da Guarda.

Serão realizadas palestras sobre educação em direitos, diálogos sobre histórico e a importância do Núcleo de Defesa da Mulher e População LGBT para a sociedade, discussão sobre a saúde da mulher, além de palestra sobre “Acolhimento e atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade”, entre outros assuntos que dizem respeito à garantia de direitos, ao respeito e à dignidade feminina, bem como ao combate de violência contra o segmento. Haverá exposição de artesanato e apresentações culturais.

No sábado, com o apoio do ônibus-esritório da DPE, serão realizados atendimentos e orientações jurídicas a mulheres que usam os serviços do Hospital da Mulher e das adjacências do Itaqui-Bacanga. ●



**DE
RELANCE**

Homenagem às mulheres

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão promove hoje evento especial alusivo ao Dia Internacional da Mulher. A programação terá início às 17h, no salão de eventos da Associação dos Magistrados, onde a psicanalista e escritora carioca Elisabeth Bittencourt comandará o happy hour interativo “Diálogo entre a Psicanálise e o Direito”. Na palestra, a analista membro da Escola Lacaniana de Psicanálise do Rio de Janeiro e do Núcleo de Direito e Psicanálise do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, refletirá sobre a lei, o direito e a justiça, apontando possíveis conexões dessas áreas com as explicações trazidas pela escola psicanalítica.

Homenagem às mulheres 2

O debate será mediado pelo professor Agostinho Ramalho Marques Neto, mestre em Direito (UFMA). E no mesmo espaço, o artista plástico maranhense Cláudio Costa traduzirá sua experiência com a psicanálise na exposição “Nódoa”, que tem o tingimento como técnica predominante.

Visita ao Tribunal

O Encontro dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do país, que será realizado em Salvador (BA), vai coincidir com a celebração, pelo Tribunal de Justiça da Bahia, dos seus 410 anos de existência.

O foi o assunto principal conversado na manhã de ontem, durante a visita que o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, recebeu da corregedora-geral da Justiça da Bahia, desembargadora Lisbete Maria Teixeira Almeida Cézar Santos, e do corregedor das Comarcas do Interior daquela Corte, desembargador Emílio Salomão Pinto Resedá.

Eles estavam acompanhados do corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

Em Foco

Palestra

Nesta sexta-feira, 8 de março, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (Cemulher/TJMA), presidida pela desembargadora Angela Salazar, promoverá uma atividade especial no Centro Especializado em Reabilitação e Promoção da Saúde, localizado no bairro do Olho d'Água.

A Lei Maria da Penha e violência doméstica e familiar contra a mulher serão tema de palestra a ser ministrada no local pela psicóloga da Cemulher, Éricka Nascimento, e voltada aos familiares das pessoas atendidas pelo Centro de Reabilitação.

A iniciativa visa sensibilizar o público para a importância da lei e da prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. A unidade atende pessoas com Transtorno do Espectro do Autista (TEA), por meio de serviço intensivo, oferecendo abordagem diferenciada para pacientes autistas, com terapia baseada em ABA (ramo aplicado da ciência da análise do comportamento). Dispõe também de serviço semi-intensivo para pessoas com TEA.

Em Foco

Visita

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, recebeu ontem a visita da corregedora-geral da Justiça da Bahia, desembargadora Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos, e do corregedor das Comarcas do Interior do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargador Emílio Salomão Pinto Resedá. Eles estavam acompanhados pelo corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Marcelo Carvalho Silva. Durante a visita, os magistrados falaram de assuntos institucionais, entre eles o Encontro dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do país, que será realizado na cidade de Salvador (BA), quando o Tribunal de Justiça da Bahia completa 410 anos de existência.

Presidente do TJMA recebe membro do TJ da Bahia

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, recebeu nesta quinta-feira (7), em seu gabinete, a visita da corregedora-geral da Justiça da Bahia, desembargadora Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos, e do corregedor das Comarcas do Interior do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargador Emílio Salomão Pinto Resedá.

Eles estavam acompanhados pelo corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Marcelo Carvalho Silva.



Durante a visita, os magistrados falaram de assuntos institucionais, entre eles o Encontro dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do país, que será realizado na cidade de Salvador (BA), quando o Tribunal de Justiça da Bahia completa 410 anos de existência.

TJMA – DIA DA MULHER

Hoje, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (Cemulher/TJMA), presidida pela desembargadora Angela Salazar, promoverá uma atividade especial, às 9h, no Centro Especializado em Reabilitação e Promoção da Saúde, localizado no bairro do Olho d'Água. A iniciativa visa sensibilizar o público para a importância da lei Maria da Penha e da prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar.

Ex-prefeito e mais três réus são condenados por desvio de recursos de convênio com a Petrobrás

O juiz Douglas Lima da Guia, titular da Comarca de Cururupu, condenou o ex-prefeito de Cururupu, José Francisco Pestana; a ex-presidente Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Cururupu, Jocélia Maria da Silva Pinto; a pessoa jurídica "Centro de Formação para a Cidadania - Akoni" e sua ex-presidente, Lúcia Regina de Azevedo Pacheco, ao ressarcimento dos danos causados ao Município, no valor de R\$ 64.550,35, na execução de convênio firmado com a Petrobrás em 2008.

A sentença foi proferida em Ação Civil de Improbidade Administrativa, proposta pelo Ministério Público Estadual denunciando a prática de atos de improbidade administrativa no convênio celebrado entre a Petrobrás e o Município de Cururupu, por intermédio do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em benefício do Centro de Formação Para a Cidadania Akoni, com o objetivo de promover "a criação de oportunidades de igualdade de gênero, trabalho/emprego e renda para meninas e jovens que vivenciam situações de vulnerabilidade, por meio de ações e atividades de qualificação social e econômica".

A denúncia do MP - julgada parcialmente procedente pelo magistrado -, foi fundamentada em Acórdão do Tribunal de Contas da União de 2011, no qual os ministros consideraram procedente a representação formulada pelo Ministério Público e decidiram dar ciência à Petro-

bras acerca de diversas irregularidades na prestação de contas do Convênio mencionado.

Dentre as irregularidades apontadas estão a utilização indevida de recursos do convênio para fim diferente do pactuado (caixa, tarifa de serviços bancários, verbas rescisórias e pagamentos de despesas fixas como telefone, internet, água, aluguel e serviços contábeis); emissão de cheques nominais ao Centro Akoni, impossibilitando comprovação da execução da despesa e ausência de parecer do CMDCA sobre a prestação de contas do Centro Akoni, executor do convênio. Consta nos autos a ausência de comprovação de despesas por meio de emissão de cheques nominais ao próprio Centro Akoni, no valor de R\$ 43.015,65.

PENALIDADES - O ex-prefeito José Francisco Pestana foi condenado ao ressarcimento integral do dano no valor de R\$ 64.550,35, corrigido monetariamente, pelo INPC, e juros moratórios de 1,0% ao mês, contados da época do fato até a data do efetivo pagamento; à perda da função pública - caso exerça; à suspensão dos direitos políticos por cinco anos; multa civil no valor de dez vezes o valor da remuneração mensal recebida em 2008 e à proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, por três anos.

Jocélia Pinto, Lúcia Pacheco e a pessoa jurídica Centro de Formação para a Cidadania - Akoni foram condenados somente ao ressarcimento integral



Ex-prefeito de Cururupu, José Francisco Pestana;

do dano causado, equivalente ao valor de R\$ 64.550,35, corrigido monetariamente, pelo INPC, e juros de 1,0%/mês, contados da época do fato até a data do pagamento.

Após recebida a ação e feita a citação dos réus, apenas Pestana apresentou contestação, sendo decretado julgamento à revelia dos demais. Designada a audiência de conciliação, instrução e julgamento, Jocélia

Pinto compareceu e alegou a prescrição da ação em sua defesa, tendo em vista que os atos ocorreram no exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2008 e a ação fora ajuizada em 11 de maio de 2016.

Nos autos, o juiz detectou que a data do término do mandato de Prefeito Municipal de Pestana, para fins prescricionais, foi rompido no dia 01/11/2011,

mediante afastamento em razão de sentença judicial que determinou a perda de cargo, alcançando o decurso do prazo de cinco anos somente em 1º de novembro de 2016. Portanto, a prescrição atinge a requerida Jocélia, e os terceiros Lúcia Pacheco e o Centro Akoni, mas não afetou o ex-prefeito, pois a data do término do mandato de ambos foi diferente.

No entanto, o juiz assegurou que, conforme a Constituição Federal, a sanção de res-

sarcimento ao erário é imprescritível, tese já consolidada pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral. E reconheceu a prescrição parcial quanto ao pedido de procedência da ação e a condenação dos réus por ato de improbidade administrativa, com exceção do ressarcimento do dano.

Na contestação, o ex-prefeito declarou que não se pode responsabilizar o gestor pela simples ineficiência da máquina administrativa. "...Porquan-

to as sanções de improbidade administrativa encerram enorme gravidade, ceifando até mesmo dos direitos políticos do agente e se encontram alinhavadas a condutas mais relacionadas com a desonestidade e a falta de lisura na gestão pública do que com a pura e simples ineficiência ou até mesmo incompetência", alegou.

Para o juiz Douglas da Guia, as condutas não se limitaram apenas a deixar de cumprir o dever de prestar contas devidamente, mas à não execução ade-

quada do objeto conveniado.

"Neste caso, a responsabilidade pelo prejuízo ao erário, no total de R\$ 64.550,35, deve ser atribuída aos convenientes, tanto aos terceiros que executaram o projeto, com aos agentes públicos que não realizaram os procedimentos exigidos, agindo de forma dolosa, em concurso, para a aplicação irregular de recursos públicos, causando prejuízo ao erário", declarou o juiz na sentença. **(Helena Barbosa - Asscom CGJ)**

Itapecuru

Projeto “Teia da Sustentabilidade” promove conscientização ambiental

A 2ª Vara da Comarca de Itapecuru Mirim e parceiros institucionais lançaram o Projeto “Teia de Sustentabilidade”, com o objetivo contribuir para a prevenção e controle da poluição, a recuperação da qualidade do meio ambiente, a inclusão social e promoção da saúde, a fim de assegurar à sociedade itapecuruense o uso adequado e racional do ecossistema. Diversas ações ser desenvolvidas até o dia 5 de junho – Dia Mundial do Meio Ambiente. Por meio de parcerias com autoridades estaduais e municipais e iniciativa privada, estão sendo realizadas atividades de mobilização, conscientização e educação na comunidade, que

incluem ações educativas na rede de ensino, coleta seletiva e descarte dos resíduos sólidos, mapeamento das pessoas que vivem no lixão, capacitação de catadores de material reciclável, identificação e destino dos resíduos produzidos pelos grandes geradores, dentre outras.

O empresariado local foi chamado a contribuir com a separação de resíduos sólidos e descarte do material destinado à produção de renda para os catadores. Já colaboram com o projeto as empresas locais: Magazine Vilhena, Eletrolar, Armazém Paraíba, Landry Móveis, Casa do Babaçu, Mercantil Santa Cruz e Mercantil Jesus. Uma reunião foi agendada

com a Associação Comercial de Itapecuru Mirim, no dia 25 de março, às 18h, com o objetivo de sensibilizar o empresariado local sobre a responsabilidade social das empresas e tornar público o exemplo das que já colaboram com o projeto.

Colaboram com o projeto a Escola Superior da Magistratura e Núcleo de Gestão Socioambiental (Tribunal de Justiça do Maranhão); o Ministério Público Estadual (2.ª Promotoria de Justiça de Itapecuru); a Secretaria de Meio Ambiente e do Trabalho do Estado; a Prefeitura Municipal; a Câmara de Vereadores; a Cooperativa dos Catadores de Recicláveis e a Associação Comercial.

Improbidade Ex-presidente da Câmara é condenado em Alto Parnaíba

O Poder Judiciário da Comarca de Alto Parnaíba condenou Marco Antônio Leite Almeida, ex-presidente da Câmara de Vereadores, por atos de improbidade administrativa. Conforme sentença proferida pelo juiz Carlos Jean Saldanha, o ex-gestor causou dano à coletividade e lesão ao erário. Entre as penalidades impostas, deverá Marco Antônio foi condenado a ressarcir o dano integralmente; à perda da função pública e suspensão dos direitos políticos pelo prazo de oito anos. De acordo com a ação, movida pelo Ministério Público, o réu cometeu diversas irregularidades, entre as quais dispensa indevida de licitação. Destaca o MP que a dispensa referiu-se aos valores gastos com reforma e ampliação do prédio da Câmara Municipal. Ficou constatado, ainda, impropriedade em processo licitatório para

contratação de serviços técnicos especializados de contabilidade. Frente a essas irregularidades, o Ministério Público entendeu que o réu incorreu em ato de improbidade administrativa. Prossegue o MP relatando que o ex-gestor, enquanto ordenador de despesas da Câmara de Vereadores de Alto Parnaíba, deixou de recolher o Imposto de Renda Retido na Fonte no valor de R\$ 1.472,33 (hum mil, quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e três centavos) sobre o subsídio dos vereadores durante o exercício de 2009. Destaca, também, que o requerido deixou de recolher o valor de R\$ 10.878,22 (dez mil, oitocentos e setenta e oito reais e vinte e dois centavos) referente a contribuição previdenciária a título de contribuição patronal do mês de dezembro, retida sobre os subsídios pagos aos servidores e vereadores. A ação explica que o Tribunal de

Contas do Estado apurou que o réu concedeu diárias para servidores e vereadores no exercício de 2009, sem comprovar o interesse dos serviços da Câmara Municipal de Alto Parnaíba, no total de R\$ 15.746,00 (quinze mil, setecentos e quarenta e seis reais). Inclusive, em alguns processos, o requerido concedeu diárias sem comprovar o destino e o motivo da viagem, o que contabiliza na importância de R\$ 1.368,00 (hum mil, trezentos e sessenta e oito reais). Por fim, aduz o MP afirmou que o requerido efetuou o pagamento de despesas no valor de R\$ 13.605,00 (treze mil, seiscentos e cinco reais), sem suporte do comprovante legal, uma vez que os meios legais e idôneos para comprovação da prestação e quitação dos bens adquiridos ou dos serviços prestados é a competente nota fiscal/fatura. “Inicialmente, destaco que a contestação foi interposta

intempestivamente, portanto, com base em artigo do Código de Processo Penal, decreto a revelia do réu e, em razão dos efeitos materiais da revelia, ficam presumidos como verdadeiros os fatos apontados na inicial, sendo caso de julgamento antecipado do mérito”, decidiu. “Vale ressaltar que a improbidade administrativa é um dos maiores males envolvendo a máquina administrativa de nosso país e um dos aspectos negativos da má administração que mais justificam a implementação de um maior controle social. A expressão designa, tecnicamente, a chamada corrupção administrativa, que, sob diversas formas, promove o desvirtuamento da administração pública de seus preceitos basilares de moralidade, legalidade e impessoalidade, ferindo de morte os princípios da Carta Republicana”, destacou a sentença.

Rapidinhas

- O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, recebeu, ontem, em seu gabinete, a visita da corregedora-geral da Justiça da Bahia, desembargadora Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos, e do corregedor das Comarcas do Interior do Tribunal de Justiça da Bahia,

desembargador Emílio Salomão Pinto Resedá.

- Na ocasião, os magistrados falaram de assuntos institucionais, entre eles o Encontro dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do país, que será realizado em Salvador, quando o Tribunal de Justiça da Bahia completa 410 anos de existência.

Presidente do TJMA reafirma compromisso do Judiciário com os direitos das mulheres

DIVULGAÇÃO

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou que mais que uma simples data de comemorações o Dia Internacional da Mulher é, na verdade, uma inegável oportunidade para uma profunda reflexão sobre a situação do segmento feminino na sociedade. O magistrado disse que, mundialmente vinculado às reivindicações femininas por Justiça e igualdade social, o Dia Internacional da Mulher indica que é necessário que seja continuado o trabalho em busca da concretização dos direitos já positivados no ordenamento jurídico, mas ainda não efetivados plenamente.

“Com essa preocupação, o Poder Judiciário do Maranhão conclama que todos sigam juntos, de mãos dadas, trabalhando pela construção de um mundo melhor, de uma vida mais digna para todos, sem a violação dos direitos das mulheres”, asseverou.

Para o presidente do TJMA, o Dia Internacional da Mulher deve ser um referencial da luta incessante contra todas as formas de discriminação e de exploração, para que a mulher cidadã, orgulhosa de seu gênero, possa ocupar o espaço que lhe cabe na construção de uma sociedade mais justa.

“Reafirmamos o compromisso do Poder



O presidente do TJMA disse que o Dia Internacional da Mulher oportunidade para uma reflexão sobre a situação do segmento feminino

Judiciário com a defesa e o fortalecimento dos direitos das mulheres em prol do respeito e da efetiva igualdade de gêneros no Maranhão e no país. Que o sentimento de luta contra as injustiças impostas às mulheres continue presente todos os dias do ano”, assinalou.